

A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA DO LETRAMENTO NO ENSINO SUPERIOR PARA A PROVA DA OAB

The importance of literacy practice in the higher education for the OAB test

por Vanessa Cristina Zerbinato Velásquez¹

Resumo: o presente artigo trata da importância da prática do letramento no Ensino Superior de Ensino. Isso porque, nessa etapa da educação, ainda, existem em sala de aula alunos considerados analfabetos funcionais. Foca-se em mostrar ao professor e ao aluno, principalmente do curso de Direito, em que a língua é instrumento essencial para argumentação escrita e oral, a importância da prática da leitura e da escrita. Questiona-se o nível baixo de leitura e escrita nesse contexto de ensino e a necessidade de melhora, visto que esses alunos fazem a prova da OAB. Esse artigo é de cunho bibliográfico, baseado em uma palestra dada aos alunos de Curso de Direito das Faculdades Integradas Promove de Brasília.

Palavras-chave: letramento; leitura; escrita.

Abstract: *the present paper treats the importance of the literacy practices in the Higher Education. This because, in this step of education, there are illiteracy students in the classrooms, The focus is showing for teacher and students, specially the law school, where the language is an essential tool for writing and oral argument, the importance of the reading e writing practices. The question is the low level of reading and writing in this context of teaching and needs of improvement, because those students do the OAB test. This paper is a bibliographical nature, based on a lecture given to students of the Course of Law in the ICESP Faculty.*

Keywords: *literacy; reading; writing.*

Sumário: 1. Introdução. 2. Letramento no ensino superior. 3. Leitura em perspectivas. 3.1. Escrita. 3.2. Leitura e escrita: uma problemática. 4. Conclusão. Referências.

¹ Mestre em Educação, professora do Curso de Direito das Faculdades Integradas Promove de Brasília.

1 Introdução

Da clientela que entra no ensino superior espera-se que seu alfabetismo funcional/letramento se encontre em um nível pleno, ou seja, possuam habilidades que não colocam restrições para compreender e interpretar textos. Leem textos mais complexos, conseguindo fazer inferências e deduções. Além de fazer ligações, comparações e avaliações sobre o conteúdo textual, independente do gênero.

Contudo, observa-se, de acordo com os dados do INAF 2012², apenas 26% da população de 15 a 64 anos de idade possuem esse nível. População essa pública, em sua maioria, do ensino superior. Além disso, observa que esse número pouco variou durante 10 anos.

Diante disso, verifica-se, dentro da experiência do ensino superior, a necessidade de propostas de ensino e práticas de letramento que permitam a esse alunado resultados concretos em seu exercício de leitura e escrita para que se alcance o nível desejado. Além disso, no caso do curso de Direito, consigam fazer o exame de ordem da OAB para que saiam habilitados para prática profissional.

O presente artigo tem como objetivo geral assinalar a importância da prática de leitura e escrita no ensino superior de ensino para o letramento dos alunos.

Para isso, fez-se uma pesquisa de cunho bibliográfico abordando a importância da prática de leitura e escrita e os principais problemas envolvidos.

2 Letramento no ensino superior

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a educação se propõe a construir cidadãos. Logo, ela “precisa estar atrelada aos processos de letramento, o qual, por sua vez, está intimamente relacionado ao papel do professor em sua prática em sala de aula” (BORTONE, 2012, p. 192).

² http://www.ipm.org.br/download/inf_resultados_inaf2011_ver_final_diagramado_2.pdf.

Saber ler e escrever passou a ser uma necessidade básica para quem quer se situar nas práticas sociais, principalmente para o novo profissional. Isso porque esses atos conduzem ao conhecimento que tem um peso capital ou valor simbólico (SOUSA *apud* BOURDIEU, 1998).

Para o alunado do ensino superior esperava-se que ao adentrar em sua fase de escolha profissional, ele já possuisse um nível pleno de leitura e escrita. Porém, devido à problemática educacional brasileira, cabe ao professor ser o mediador desse processo. É preciso que professor conduza o aluno saber responder às exigências da leitura e da escrita que a sociedade faz continuamente (BORTONE, 2012, p. 192).

Isso porque a escrita e a leitura são consumidas, hoje, pelas pessoas como meio de sobrevivência, com o objetivo de formação acadêmica, profissional, integração e interação social, resolução de problemas cotidianos, condição de entender o mundo e suas tecnologias. (SOUSA, 2012).

O conceito de letramento refere-se à prática social da língua escrita, o que inclui os processos sociais da leitura e da escrita (MAGALHÃES, 2012, p. 19). RIOS (2009, p.1) adota uma definição próxima: *letramentos são compreendidos como atos socioculturais concretos que são constituídos por no mínimo uma das seguintes atividades – escrita, leitura e conversa relacionada ao texto escrito.*

Segundo ROJO (2009) para ler não basta conhecer o alfabeto e decodificar letras em sons da fala. É preciso também compreender o que se lê. *Acionar o conhecimento de mundo para relacioná-lo com temas do texto, inclusive o conhecimento de outros textos/discursos (intertextualizar), prever, hipotetizar, inferir, comparar informações, generalizar.*

Além disso, é preciso também interpretar, criticar, dialogar com o texto: contrapor a ele seu próprio ponto de vista, detectando o ponto de vista e a ideologia do autor, situando o texto em seu contexto. Reciprocamente, para escrever, não basta codificar e observar as normas da escrita do português padrão do Brasil; é também preciso textualizar: estabelecer relações e progressão de temas e ideias, providenciar coerência e coesão, articular o texto a partir de um ponto de vista levando em conta a situação e o leitor etc (ROJO, 2009, p. 44 - 45).

Para HAMILTON, existem os letramentos: os Letramentos Dominantes, chamados de ‘institucionalizados’ e os Locais, chamados ‘vernaculares’ (ou ‘autogerados’). Entretanto, não os vê como categorias independentes ou radicalmente separadas, mas interligadas (ROJO, 2009, p. 102). Os letramentos dominantes estão integrados a organizações formais tais como a escola, as igrejas, o local de trabalho, o sistema legal, o comércio, as burocracias entre outros. “Os letramentos dominantes preveem agentes (professores, autores de livros didáticos, especialistas, pesquisadores, burocratas, padres e pastores, advogados e juízes) que, em relação ao conhecimento, são valorizados legal e culturalmente” (HAMILTON, 2002, p. 4 *apud* ROJO, 2009, p. 102).

Já os chamados letramentos ‘vernaculares’ não são regulados, controlados ou sistematizados por instituições ou organizações sociais, todavia têm sua origem na vida cotidiana, nas culturas locais. “Como tal, frequentemente são desvalorizados ou desprezados pela cultura oficial e são práticas, muitas vezes, de resistência” (HAMILTON, 2002, p. 4 *apud* ROJO, 2009, p. 102-103).

Diante disso, a clientela do ensino superior perpassa esses dois tipos de letramentos. No ambiente universitário encontra-se além da prática da escrita e leitura ligada a profissão do aluno, sua pluralidade cultural. A união desses dois eventos possibilita ao ambiente de ensino proporcionar um conjunto de práticas para que os alunos se apropriem de conteúdos sociais e culturais de maneira crítica e construtiva (BORTONE, 2012). “Assim, os alunos poderão participar das várias práticas sociais que se utilizam da leitura e da escrita (letramentos) na vida da cidade, de maneira ética e democrática” (ROJO, 2009, p. 107).

3 Leitura em perspectivas

As reflexões sobre a leitura envolvem campos teóricos distintos. Permeiam a linguística, as teorias do sujeito e da sociedade. É possível deparar com estudos voltados para a atividade mental, e, também, para o funcionamento das escolas e das bibliotecas. As preocupações referentes ao tema se concentram, em especial, na área da pedagogia. O intuito dessas reflexões é suprir as necessidades educacionais por meio de métodos e de técnicas de leitura (NUNES, 1994).

O ato de ler ocorre em todos os níveis educacionais das sociedades letradas. À escola cabe o ensino do registro verbal. Para CAGLIARI (1997), o maior desafio dessa instituição é a formação de um bom leitor, pois *a maioria do que se deve aprender na vida terá de ser conseguido através da leitura*.

Uma vez que aprimora a organização coerente do raciocínio e da expressão, assim como a manifestação escrita e oral, a leitura ocupa um lugar de destaque no campo de formação do indivíduo. A conquista da habilidade de ler é o primeiro passo para a assimilação dos valores da sociedade. Para ZILBERMAN (1993), haja vista a sua universalidade, a aprendizagem da leitura constitui uma possibilidade de emancipação, já que a assimilação do conhecimento é uma ponte para a liberdade.

O ato de ler acontece, inicialmente, por meio do contato com o mundo. Conforme FREIRE (2008, p.11), “a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. Dada a compreensão do mundo imediato, dá-se um passo rumo ao ambiente escolar, elo entre o leitor e a cultura”. CATTANI e AGUIAR (1993) complementam que à educação compete o desenvolvimento integral do indivíduo, de maneira que possa atuar no grupo social no qual está inserido.

Nesse sentido, segundo ZILBERMAN (1993, p.15), “por desencadear um processo de democratização do saber e maior acesso aos bens culturais, a escola é um elemento de transformação que não pode ser negligenciado”. Em um diálogo com a estudiosa, FILIPOUSKI (1993), considera que há uma afinidade entre a escola e a leitura, mas, haja vista o infortúnio em habilitar o indivíduo para o ato de ler, a escola “optou” por conduzir essa tarefa de maneira estática ou mecânica. O cerne da leitura, portanto, não é esclarecido.

O indivíduo possui o direito de ler, de desenvolver suas potencialidades intelectuais e espirituais, de aprender, de progredir. Porém, segundo SILVA (1991), apesar das muitas investigações, a leitura ainda é uma fonte de inquietação, um enigma, um evento desligado da esfera humana. Daí, a necessidade de um novo paradigma, baseado em um confronto significativo entre o leitor e o discurso escrito. E é nessa ótica que ORLANDI *apud* NUNES sublinha:

[...], todo leitor tem sua própria história de leitura, e, portanto, apresenta uma relação específica com os textos, com a sedimentação dos sentidos e a intertextualidade [...].

A unidade do texto não é plana, nem simétrica, nem “bem-comportada” e o olhar do leitor o atinge em diversos “pontos”. A unidade do texto para o leitor é “fugaz” (ORLANDI, 1994, p. 36).

O texto é, portanto, um campo favorável para a demarcação de sentidos. É possível reconstruí-lo a cada leitura. No trabalho de produção de sentidos, desafio que gera a experiência, o leitor é um sujeito ativo que, ao atuar significativamente, constrói conhecimentos que instigarão a sua transformação, a visualização de novas perspectivas perante o universo que o cerca (FERREIRA & DIAS, 2004). Dessa forma, a leitura impele o homem a ir além. Logo, é imperativo que o indivíduo seja enriquecido gradualmente, no que concerne aos valores, à razão, à cultura e à linguagem (GÓES, 1991).

Sob essa luz, é importante realçar que o ato de ler não é mera recepção, pois segundo BAMBERGER (2000), a boa leitura é uma confrontação crítica entre o leitor, o texto e o autor. É o que reitera LAJOLO no fragmento a seguir:

É na posição de leitor que se encontram as credenciais mais fortes para quem quer discutir o perfil do indivíduo que, livro aberto nas mãos, no silêncio de sua leitura, pergunta ao escritor que não pode esquivar-se da resposta: *trouxeste a chave?* Com ou sem chave, leitor e escritor são faces da mesma moeda, não obstante as quedas de braço em que às vezes ambos se confrontam (LAJOLO, 2000, p. 34).

Para a estudiosa, o leitor desfruta de um imenso poder, embora seja extremamente volátil. Cômico disso, o escritor expõe os seus rebuscados argumentos, a fim de convencer o leitor e conquistá-lo na forma de interlocutor e comparsa. O escritor aposta que existe perspicácia atrás dos óculos.

Segundo FREIRE (1993), ler é uma atividade inteligente, gratificante e requer curiosidade, ousadia para experimentar o processo de conhecer. Demanda investigação, para a descoberta de sentidos, para a compreensão e, finalmente, a comunicação. Conforme SILVA (1997), é um ato libertador, uma vez que decorre em questionamento e conscientização.

Torna-se necessário, então, aferir se a organização social dificulta ou facilita a formação de leitores críticos e transformadores (SILVA, 1997). No que concerne à escola, FREIRE, no escrito *Carta de Paulo Freire aos professores*³, comenta que o cotidiano escolar é constantemente marcado por algo a ser feito. É mister, portanto, abandonar a postura de

³ FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos professores. *Estud. av.* [online]. 2001, v. 15, n. 42, pp. 259-268.

CURSO DE DIREITO

“burocrata da mente” (2001, p. 259), pois a aprendizagem resulta do potencial crítico, criativo e recriador. FREIRE arremata dizendo: “ao estudo crítico corresponde um ensino igualmente crítico que demanda necessariamente uma forma crítica de compreender e de realizar a leitura da palavra e a leitura do mundo, leitura do contexto” (2001, p. 264). Conforme SILVA (1981), a leitura não deve ser vista como algo “momentâneo, fragmentado e desligado do ser humano”. Logo,

... não pode ser confundida com decodificação de sinais, com reprodução mecânica de informações ou com respostas convergentes a estímulos escritos pré-elaborados. Esta confusão nada mais faz do que decretar a morte do leitor, transformando-o num consumidor passivo de mensagens não significativas e irrelevantes (SILVA, p. 96).

Com base nessa citação, segue-se a interrogação: qual é o desempenho da escola brasileira contemporânea no que concerne ao ensino-aprendizagem da leitura dentro do curso superior de ensino?

Compenetrar-se na reflexão dessa questão torna-se um considerável desafio no cerne da comunidade universitária brasileira.

3.1 Escrita

A circulação de sentidos entre os homens ocorre por meio de expressões sîgnicas. A relação entre o homem e o mundo acontece devido à linguagem, elemento necessário à comunicação (Silva, 1981). Conforme FIORIN,

A linguagem é onipresente na vida de todos os homens. (...). Sem ela, não se pode organizar o mundo do trabalho, pois é ela que permite a cooperação entre os seres humanos e a troca de informações e experiências. Sem ela, o homem não pode conhecer-se nem conhecer o mundo. Sem ela não se exerce a cidadania, porque ela possibilita influenciar e ser influenciado. Sem ela não se pode aprender. Sem ela não se podem expressar sentimentos. Sem ela, não se podem imaginar outras realidades, construir utopias e sonhos. Sem ela não se pode falar do que é nem do que se poderia ser (FIORIN, 2008, p. 29).

A fim de assegurar o acesso aos fenômenos da realidade, e dado o uso exclusivo da linguagem oral, o homem elaborou diversas formas de representação, dentre elas, a escrita. Esse tipo de representação resultou na transposição do nível fala-oralidade para o nível escrita-leitura (SILVA, 1981). De acordo com CAGLIARI (1997), a escrita, foi uma valorosa

CURSO DE DIREITO

invenção para a humanidade, pois, enquanto materialização da memória coletiva dos povos, proporcionou a acumulação e a possibilidade de proliferação do saber.

Adentrar nesse universo, o do saber acumulado e expresso pelo discurso escrito, conferiu a leitura o papel de coadjuvante. O ato de ler direciona a consciência para a expressão referencial escrita, gera o pensamento e a doação de significado. É também o único caminho de acesso às sociedades letradas (SILVA, 1981). Esse acesso pressupõe experiências precedentes, a saber, a do letramento, e, anterior a essa, a da alfabetização. Conforme SOARES (2004), o letramento refere-se às práticas sociais de leitura e de escrita, ao passo que a alfabetização é a aprendizagem do sistema de escrita.

O texto emite convites, os quais, repletos de dicas, motivam o leitor a conferir sentido aos trechos de linguagem (EAGLETON, 1983). Segundo KLEIMAN (1999), ao atender esses convites, o leitor trabalha aspectos cognitivos de leitura, os quais são impreteríveis para a sua formação. Uma vez hábil para partilhar daquilo que viu, o leitor, temporariamente, deixa de ser leitor, passa, portanto, para a outra margem, a de escritor (SILVA, 1981).

Produzir textos é necessário. Contudo, enquanto forma de expressão e partilha, tornou-se, para alguns, um entrave. É o que afirma GARCEZ (2001), ao observar os *mitos* ou *falsas crenças* que inibem o ato de escrever. Para BORTONE (2008), uma vez que a escrita, assim como a leitura, confere ao indivíduo a plena participação social, urge descortinar esses mitos, a fim de elucidar os meios que estimulam o otimismo do leitor-escritor.

Assim sendo, escrever não é um dom, mas uma habilidade a ser desenvolvida; não é um fenômeno espontâneo, mas um ato que exige empenho e trabalho; não é uma competência que se forma com algumas “dicas”. Escrever é um estudo sério, uma prática que envolve a leitura, um ato indispensável no mundo moderno, inteiramente vinculado às práticas sociais (GARCEZ, 2001). Ademais, GARCEZ complementa:

[...] a escrita é uma atividade que envolve várias tarefas, às vezes sequenciais, às vezes simultâneas. Há também idas e vindas: começa-se uma tarefa e é preciso voltar para uma etapa anterior ou avançar para um aspecto posterior. Todas essas ações estão articuladas ao contexto em que se originou e em que acontece a produção de texto.

O texto só se constrói e tem sentido dentro de uma *prática social*. Assim, o que mobiliza o indivíduo a começar a escrever um texto é a *motivação*, é a razão para escrevê-lo: ... (GARCEZ, 2001, p. 14).

Segundo FREIRE, ler e escrever são processos indissociáveis. Logo, a quem pretenda vivenciá-los, sugere-se a entrega à tarefa de escrever. Acerca dessa tarefa, o autor comenta:

Pensando na relação de intimidade entre pensar, ler e escrever e na necessidade que temos de viver intensamente essa relação, sugeriria a quem pretenda rigorosamente experimentá-la que, pelo menos, três vezes por semana, se entregasse à tarefa de escrever algo. Uma nota sobre uma leitura, um comentário em torno de um acontecimento de que tomou conhecimento pela imprensa, pela televisão, não importa. Uma carta para destinatário inexistente. É interessante datar os pequenos textos e guardá-los e dois ou três meses depois submetê-los a uma avaliação crítica (2001, p. 267).

Após esse parecer, o autor adverte: “ninguém escreve se não escrever, assim como ninguém nada se não nadar”. Ademais afirma que o relato “não sei escrever” demonstra apenas o quão longe se pode estar da concepção crítica do ato de estudar e de ensinar.

Conforme GARCIA (2003), é imperativo oferecer ao jovem uma orientação capaz de levá-lo a pensar com clareza e objetividade, a fim de que tenha o que dizer e possa se expressar com eficácia. Logo, o ato de escrever não impressiona por causa do purismo gramatical, impressiona apenas pela destreza do pensamento, pela capacidade de encontrar e de lidar com as ideias.

Assim, fazendo jus ao pensamento de BORTONE (2008), conclui-se que a escola não deve enclausurar a língua nas regras gramaticais, pois o uso do código é uma atividade social, é interação, é comunicação. Assim, cabe ao professor inclinar-se para o trabalho com o texto, pois somente assim o estudante ampliará a sua competência linguística de forma significativa.

3.2 Leitura e escrita: uma problemática

Norteadas pela Constituição da República Federativa do Brasil (1988), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, e pelo Plano Nacional de Educação (PNE), conforme a Lei nº 10.172/2001, a Educação Superior tem por finalidade além do espírito científico, o pensamento reflexivo e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação. Porém, como isso se dará, se ainda temos um nível tão baixo de leitura e escrita no meio universitário?

A educação abrange os processos formativos relativos à vida familiar, à convivência humana, ao trabalho, às instituições de ensino e de pesquisa, aos movimentos sociais, às organizações da sociedade civil e às manifestações culturais. Definida como um dever da família e do Estado. É pautada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade, culminando, entre outros, na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber (LDB nº 9.394/1996, Título I, art. 1º e Título II, art. 3º, inciso II).

Esse desenvolvimento integral do indivíduo, assim como a sua participação no grupo social em que vive, requer contínuo conhecimento. Assim sendo, distinta da família e das demais instituições sociais, haja vista um trabalho educacional sobre bases científicas, a escola configura-se como um viés de aprendizagens significativas, as quais integram o indivíduo no seu contexto socioeconômico e cultural por meio da leitura (CATTANI e AGUIAR, 1993).

Segundo BORTONE e CAXANGÁ (2008), a escola é o lugar oficial de letramento. Nela, ao fazer uso da leitura e da escrita, o indivíduo acessa, compreende e age sobre o mundo que o cerca (SOARES, 1999). Por meio dela, é possível mudar o mundo (CAGLIARI, 1997). No entanto, de acordo com ZILBERMAN,

A escola pode ou não ficar no meio do caminho, o que quer dizer: dar a oportunidade para que sua tarefa se cumpra de modo global, transformando então o indivíduo habilitado à leitura em um leitor, ou não, o que pode reverter no seu contrário (ZILBERMAN, 1993, p. 17).

Ao analisar os dados relativos ao Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA)⁴, BORTONE (2008) relata que o Brasil apresenta um percentual muito baixo de bons leitores, a saber, 3,7%, resultado que conferiu aos alunos brasileiros o 37º lugar no que concerne ao nível de competência ou compreensão leitora. Com base nesses resultados, é possível concluir que a escola, ao retomar ZILBERMAN, encontra-se no *meio do caminho*, ou seja, apresenta séria dificuldade em conferir ao indivíduo a aptidão de um bom leitor. Para SILVA,

A raridade de leitura e, portanto, de leitores na sociedade brasileira, é um mero reflexo de uma política “caolha”, que domestica os homens e impede o

⁴ Relatório disponível em: <http://www.inep.gov.br/internacional/pisa/>. Acesso em: 11 fev. 2013.

CURSO DE DIREITO

exercício da consciência e da razão. Esclarecer esse problema é um dever; denunciá-lo é uma obrigação moral (SILVA, 1997: 49).

De acordo CAGLIARI (1997), a educação no Brasil tem funcionado mal. A escola pública, em especial, é pobre. Não há investimento adequado, os recursos são mínimos e os governos, aflitos por prestígio político, pressionam o professor, obrigando-o a desempenhar o seu papel sem os recursos mínimos e indispensáveis. Além disso, somam-se os problemas técnicos do ensino da escrita e da leitura, pois a teoria é sugestiva e acaba confundindo e perturbando o educador. Preso aos *pacotes educacionais*, manuais e livros didáticos, o professor incorre em privar o estudante, tolhendo o acesso ao conhecimento. SILVA (1997) acrescenta que a escola está diante de um entrave: o da tecnocracia. Assim sendo, as atividades escolares, planejadas e executadas pelo professor, implícita ou explicitamente, transmitem uma ideologia, a concepção de mundo e de sociedade advinda das classes dominantes. Essa problemática em nível prévio a educação superior é refletida no alunado universitário.

A incapacidade de leitura, sejam dos alunos de escolas públicas ou privadas, tornou-se objeto de reflexão dos educadores, por causa da necessidade de identificar a origem e os meios de resolução desse problema.

Dentre as causas, CALDAS (2009) denuncia que há fragilidades no sistema educacional. Há excesso de conteúdos. Há pouco cuidado com a linguagem. E, ao citar BERTOLETTI, atenta para a ausência de bibliotecas públicas e para a falta de investimentos no que diz respeito ao acesso da população aos livros.

Atualmente, o Ministério da Educação (MEC) está envolto em ações voltadas para a leitura – programa nacional do livro didático e política de formação de leitores⁵ –, porém, é comum verificar notícias voltadas para a promoção da leitura. É o caso da reportagem *Paixão pelas Letras* que, ao comentar sobre a valorosa ação de uma biblioteca comunitária, apontou também a ausência de garantias promulgadas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), pela Constituição (1988) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990. Assim, ao chamar atenção para a Lei, imprimiu-se:

⁵ Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação Básica, Livro Didático e Política de Leitura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 11 fev. 2013.

Toda pessoa tem direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de usufruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios”. A frase da Declaração Universal dos Direitos Humanos ganhou reforço da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990. Os dois textos deixam claro que é importante que a criança e o adolescente conheçam suas raízes e as mantenham, pois é assim que será mantida e desenvolvida sua identidade com o grupo. Por isso a preocupação do Estatuto. No art. 58, dispõe que no processo educacional serão respeitados os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo a eles a liberdade de criação e acesso às fontes da cultura. Vale destacar que toda pessoa possui o direito a ter contato com a natureza e com as diferentes formas de expressão cultural humana, como a arte, música, literatura [...]

Apesar dessas intempéries, Ingedore Villaça Koch, em entrevista cedida à *Revista Língua Portuguesa*⁶, ressalta que os professores não podem ceder em consequência dos problemas estruturais da Educação. Afirma que os educadores podem fazer algo em um país em que a cada três alfabetizados, somente um lê livros. Na sala de aula é possível encontrar soluções para esses problemas. Assim, ao ser interpelada acerca da leitura, da escrita e da produção textual nesse espaço de aprendizagem, a estudiosa relatou que não se trata mais de focalizar somente o autor ou o leitor ou o texto. Esses três elementos formam um todo a ser considerado.

O autor possui um projeto, algo a ser dito. Com base nisso organiza o texto, cuja tessitura é repleta de “pistas” que conduzirão o leitor à produção de sentidos. “O texto é a materialidade que o leitor tem diante dos olhos”. Cabe, portanto, ao leitor compreender as intenções do autor. Não lhe cabe ser passivo. Ele deve procurar o que o autor tinha em mente.

Segundo KOCH, “não há leitura ‘correta’ ou ‘errada’, há gradações. Temos leituras que mais se aproximam do projeto de dizer de um autor e as que ficam mais distantes até que se tornam inaceitáveis. Tudo porque a leitura depende dos nossos conhecimentos de mundo”.

A professora ainda afirma que duas pessoas raramente lerão um texto da mesma maneira. Segundo ela, não existe texto completamente explícito. E o implícito só pode ser palpável por meio da interação “argumento-intenção do autor” e “saber de mundo do leitor”. Ela conclui argumentando:

⁶ JÚNIOR, Luiz Costa Pereira. Profissão: Professora. *Revista Língua Portuguesa*. Disponível em: <http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11313>. Acesso em: 1. 2013.

Receita de bolo não há, mas é possível tornar a aula de leitura instigante ao debater a diversidade de interpretação. Evitar o que se faz em muitas escolas, em que as perguntas são de "copiação", como diz Luís Antonio Marcuschi, da UFPE. Há perguntas banais feitas na própria ordem em que o texto se apresenta. "Como se chama a menina?" "Que bichinho ela tem?" "Ela gosta do bichinho?" Isso não leva a nada porque você só destaca do texto os trechos que respondem às perguntas. É preciso ler em grupo, perguntar a cada um o que entendeu, confrontar interpretações (REVISTA LÍNGUA PORTUGUESA, 23 jan., 2008).

Já no que concerne à escrita, KOCH coloca que não basta escrever um tema na lousa e ordenar aos educandos: escrevam. Antes, é imperativo esclarecer o estudante, de forma que possa perceber os elementos intrínsecos à produção textual. Nesse sentido, BORTONE (2008), comenta:

A linguística do texto trouxe uma considerável contribuição para as metodologias de leitura e produção textual. Propiciou a compreensão mais aprofundada do que vem a ser um texto, possibilitando ao aluno perceber os elementos que o compõe e dando ao professor as ferramentas necessárias para que ele mostre aos alunos os elementos de textualidade.

Infelizmente, em nossas escolas, é comum o professor solicitar que seu aluno construa uma redação sem lhe dar nenhuma noção do que seja um texto e sem mostrar a ele as características de um determinado gênero textual. (...).

É fundamental que o professor conheça melhor os mecanismos de textualidade, não só para conduzir com mais eficiência a produção textual de seus alunos, como também para corrigi-la com base em critérios textuais e não apenas gramaticais (BORTONI, 2008, p. 13).

Conforme GARCIA (2003, p. 67), é importante zelar pelo “polimento da frase, mas também, e principalmente, pela sua carga semântica”. Um escritor competente é alguém que, perante o exercício da escrita, sabe planejar o discurso e o texto em função do seu objetivo e do seu leitor. É alguém perspicaz para avaliar a sua produção – considerá-la satisfatória ou insatisfatória, revisá-la, reescrevê-la. Logo, se o educando não apresenta essas competências e habilidades, é imprescindível que o docente reorganize o seu planejamento.

Tomando-se o relato acerca da educação para o século XXI, em que DELORS (2001, p. 89) apresenta os quatro pilares da educação⁷, verifica-se que o educar deve transmitir “saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva”, uma vez que são pressupostos básicos para o alcance das competências para o futuro. Logo, a leitura e a

⁷ In *Educação: um tesouro a descobrir*. 6 ed. São Paulo: Cortez. Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001.

CURSO DE DIREITO

escrita são aprendizagens impreteríveis para o alcance desse fim, pois auxiliam no processo de formação humano, tanto no ensino formal quanto no ensino informal.

4 Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que há deficiência demonstrada pelos alunos do ensino superior no campo linguístico que tem suas raízes nas séries prévias de ensino. Mas, se o professor, educador, não só apenas de língua, se importar com o letramento do alunado por meio da prática de leitura e escrita, poderá fornecer ao aluno ferramentas para seu crescimento como futuro profissional. Não é importante saber as causas, mas sim, modificar a postura na forma de ensinar. No caso da prova OAB são exigidas questões discursivas e de interpretação, a boa prática de letramento conduzirá esses alunos a um bom desempenho nessa prova.

Referências

A EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica (SEB). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 09 jan. 2008.

BAMBERGER, Richard. *Como incentivar o hábito de leitura*. 7 ed. São Paulo: Ática, 2000.

BORTONE, Marcia Elizabeth. *Competência Textual e Escrita: a Escrita* / Marcia Elizabeth Bortone, Maria do Rosário Rocha Caxangá. Brasília: CEAD/UnB, 2008.

_____, Marcia Elizabeth. *Competência Textual: a Leitura*. Brasília: Editora UnB, 2008.

_____, Márcia Elizabeth. *Letramento e competências: construindo novos paradigmas na escola. Entreletras*. Araguaína/TO, v. 3, n. 2, p. 192 – 203, ago./dez. 2012.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.

_____. Ministério da Educação. PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SEB; Inep, 2008.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetização & Linguística*. 10 ed. São Paulo: Scipione, 1997.

CALDAS, Graça. *Mídia, escola e leitura crítica do mundo. Educ. Soc.*, Campinas, v. 27, n. 94, abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 09 jan. 2009.

Distrito Federal (Brasil). Secretaria de Estado de Educação. Currículo da educação básica das escolas públicas do Distrito Federal: ensino médio. 2 ed. Secretaria de Estado de Educação. Brasília: Subsecretaria de Educação Pública, 2002.

EAGLETON, Terry. *Fenomenologia, Hermenêutica e Teoria da Recepção*. In: *Teoria da Literatura - uma introdução*. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

Educação: um tesouro a descobrir. 6 ed. São Paulo: Cortez. Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001.

FERREIRA, Sandra Patrícia Ataíde; DIAS, Maria da Graça Bompastor Borges. *A leitura, a produção de sentidos e o processo inferencial*. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 9, n. 3, dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 09 jan. 2009.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e interdisciplinaridade*. Alea [online]. 2008, vol. 10, no. 1, pp. 29-53.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam*. 29 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. *Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever*. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 23 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

GÓES, Lúcia Pimentel. *Introdução à literatura infantil e juvenil*. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1991.

KLEIMAN, Ângela. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. 6 ed. Campinas, SP: Pontes, 1999.

LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. 3 ed.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

Leitura em crise na escola: as alternativas do professor. 11 ed. [por] Vera Teixeira de Aguiar [e outros]. Org. Regina Zilberman. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

Linguagens, códigos e suas tecnologias/Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

MAGALHÃES, Izabel (org.). *Discursos e práticas de letramento: pesquisa etnográfica e formação de professores*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2012.

MARTINS, Maria Sílvia Cintra. *Letramento, interdisciplinaridade e multiculturalismo no ensino fundamental de nove anos*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2012.

MEURER, José Luiz. *Aspectos do processo de produção de textos escritos*. Trabalhos em Linguística Aplicada. Campinas, 1993.

_____. *O trabalho de leitura crítica: recompondo representações, relações e identidades sociais*. Aspectos da Linguística Aplicada. Florianópolis: Editora Insular, 2000.

_____. *Uma abordagem ao estudo de gêneros*. Revista do GELNE, v. 02, 2000.

NUNES, José Horta. *Formação do leitor brasileiro: imaginário do leitor no Brasil colonial*. São Paulo (Campinas): Unicamp, 1994.

RIZZATTI, Mary Elizabeth Cerutti. Implicações metodológicas do processo de formação do leitor e do produtor de textos na escola. *Educ. rev.*, Belo Horizonte, n. 47, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 09 jan. 2009.

ROJO, Roxane. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

Sociolinguística interacional, letramento como prática social e gênero discursivo. Prof^a. Dra. Rosineide Magalhães de Sousa (UnB).

SILVA, Theodoro da. *Leitura e Realidade Brasileira*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura*. São Paulo: Cortez, 1981.

ZAMBONI, Lilian Márcia Simões. *Leitura e escrita estratégias de apoio e práticas de leitura, interpretação e produção de textos nos 1º e 2º ciclos*. Marcia Elizabeth Bortone, Stella Maris Bortoni-Ricardo. Brasília: CEFOR, UnB, 2008.

ZILBERMAN, Regina. *Recepção e leitura no horizonte da literatura*. Alea [online]. 2008, vol. 10, nº 1, pp. 85-97.

Artigo submetido à **Virtù: Direito e Humanismo**, recebido em 27 de março de 2013. Aprovado em 12 de julho de 2013. As opiniões e conclusões são de responsabilidade dos autores.